

política

STF ordena suspensão de penduricalhos ‘exorbitantes’

Sete tribunais têm até 72 horas para enviar lista de magistrados

/ JUSTIÇA

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), ordenou ontem que sete tribunais suspendam o pagamento de salários em desconformidade com as limitações impostas pela corte, bem como que os magistrados beneficiados devolvam as “verbas exorbitantes”.

Os ministros Flávio Dino e Gilmar Mendes também proferiram decisões similares em processos sobre o mesmo tema dos quais são relatores. São alvo os tribunais do Maranhão, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Rio Grande do Norte, Paraná, de Goiás e Rondônia.

Em sua decisão, Moraes citou o trabalho da imprensa, que tem fiscalizado e noticiado pagamentos mensais a juízes e juízas que

ultrapassam os limites estabelecidos pelo Supremo neste ano, ao julgar ações sobre os chamados “penduricalhos” - pagamento de verbas indenizatórias além dos vencimentos normais.

Por decisão do plenário do Supremo, tais verbas não podem ultrapassar, num mês, 70% do salário de um juiz, sendo 35% relativos ao adicional por tempo de serviço e outros 35% reservados para qualquer outra rubrica. Os ministros também listaram quais tipos de verbas podem ser consideradas legais, proibindo que os tribunais inovem na criação de indenizações aos magistrados.

Em decisões anteriores, Moraes, Dino, Mendes e também o ministro Cristiano Zanin, relatores de diferentes processos sobre o tema, determinaram que os tribunais de todo o país enviassem

informações para comprovar o cumprimento da decisão. Com base nesses dados que Moraes afirmou, na decisão desta quarta, haver persistência no descumprimento das diretrizes do Supremo.

“Infelizmente, não obstante a clareza dessas diretrizes, identificam-se nos documentos enviados pelos Tribunais de Justiça inúmeras verbas pagas em desacordo, tais como: auxílio assistência pré-escolar; licença compensatória; licença compensatória (difícil acesso); turma recursal; diferença gratificação diretor de fórum; gratificação mesa diretora; auxílio mudança; auxílio adoção; 20% final carreira; gratificação indenizatória função administrativa; gratificação acúmulo distribuição; gratificação de acúmulo distrital; gratificação - grupo de metas; gratificação - coordenações especiais; gratificação presidente, vice-presidente e corregedor; entre outras”, listou o ministro.

Ele determinou que os tribunais enviem em 72 horas a lista dos magistrados beneficiados por pagamentos fora das diretrizes do Supremo. A decisão estabelece ainda que tais juízes devolvam imediatamente qualquer valor recebido que esteja acima dos limites estabelecidos pela corte.

Os presidentes dos tribunais envolvidos têm cinco dias para comprovar a suspensão de qualquer pagamento fora dos limites criados pelo Supremo.



Determinação do ministro Moraes atinge DF, MA, RJ, RN, PR, GO e RO

Entidades reagem à ação contra fonte de notícia sobre Dino

/ IMPRENSA

Associações jornalísticas publicaram nota conjunta nesta terça-feira, em que manifestam “profunda preocupação” com a ação policial que mirou Raimundo Cutrim. Ele foi citado em despacho do ministro Alexandre de Moraes como fonte anônima de reportagem sobre uso de carros oficiais pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF).

A nota foi assinada pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), a Associação Nacional de Jornais (ANJ) e a Associação Nacional de Editores de Revistas (Aner).

“Ações judiciais que quebram o sigilo da fonte não têm amparo constitucional e abrem precedentes que ameaçam a liberdade de imprensa, amparada pela Constituição de 1988”, diz a nota.

O texto reitera que a constituição é taxativa no direito do jornalista de manter o sigilo da fonte quando necessário.

“Casos de questionamentos a reportagens devem ser tratados dentro da lei, que prevê direito de resposta e indenizações. A violação do sigilo do profissional e de suas fontes leva a intimidações contra a imprensa que não condizem com o Estado Democrático de Direito e o livre exercício do

jornalismo”, finaliza o texto.

Conforme noticiou o Estadão, o ministro Alexandre de Moraes autorizou nesta terça-feira uma busca e apreensão contra ex-secretário do governo do Maranhão apontado como suposta fonte de jornalista que publicou notícia sobre o uso de carros oficiais pela família do ministro Flávio Dino.

Moraes aponta Raimundo Cutrim como fonte de informações publicadas pelo jornalista Luís Pablo Conceição Almeida, do Blog do Luís Pablo. As buscas ocorreram após a Polícia Federal encontrar informações do celular do jornalista.

Cinco das sete candidaturas ao Piratini estão registradas no TRE



Bolívar Cavalari

bolivarc@jcrs.com.br

Candidato ao governo do RS, Luciano Zucco (PL) registrou sua candidatura junto à Justiça Eleitoral sem apresentar plano de governo, que é requisito obrigatório para aqueles que disputarão o Executivo. O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS) intimou a coligação para que apresentasse o documento em até 72 horas.

Ainda ontem, conforme interlocutores da campanha de Zucco, o plano de governo seria protocolado no mesmo dia, o que ocorreu pouco antes das 19h. A apresen-

tação do documento ocorrerá em evento na sexta-feira. A equipe havia afirmado que o registro da candidatura “foi antecipado para obtenção do CNPJ que é usado para vários fins, entre eles a produção de materiais”.

Nos planos de governo, as candidaturas a cargos executivos apresentam suas principais propostas e diretrizes caso sejam eleitas. Até esta quarta-feira, cinco das sete candidaturas anunciadas na disputa ao Piratini foram registradas junto à Justiça Eleitoral.

Além de Zucco, já estão inscritas as coligações de Gabriel Souza (MDB), Marcelo Maranata (PSDB), Priscila Voigt (UP) e Rejane de Oliveira (PSTU) - as quatro apresentaram planos de governo. Restam ainda os registros de Juliana Brizola (PDT) e César Pontes (PCO).

Zucco apresenta na Amcham ideias para gestão hídrica e contas públicas

Marcus Meneghetti

marcusv@jcrs.com.br

O candidato do PL ao governo, Luciano Zucco, apresentou suas ações para gestão hídrica e contas públicas em reunião-almoço ontem na Câmara Americana de Comércio no RS (Amcham). O encontro aconteceu um dia após a entidade ouvir os candidatos Gabriel Souza (MDB) e Marcelo Maranata (PSDB).

Na ocasião, Zucco garantiu que não aumentará impostos se for eleito. Também se comprometeu em reduzir a burocracia, agilizar licenciamentos e ampliar a segurança jurídica no RS. Ele também disse que

o setor agropecuário - responsável por cerca de 40% do PIB gaúcho, segundo o governo do Estado - precisa de uma política permanente de irrigação para minimizar os efeitos das estiagens.

Zucco defendeu ainda uma articulação com outros governadores - como Tarcísio de Freitas (Republicanos), de São Paulo; e Jorginho Mello (PL), de Santa Catarina - para aprovar pautas importantes para o Rio Grande do Sul no Congresso Nacional, como o projeto que cria o Fundo Constitucional do Sul e Sudeste. “Temos que exigir respeito e que os recursos pagos em impostos fiquem aqui”, afirmou Zucco.

Legislativo segue em ritmo lento

/ CÂMARA DE PORTO ALEGRE

Amanda Schultz

amandas@jcrs.com.br

A Câmara de Porto Alegre concentrou os trabalhos de ontem na reunião conjunta das comissões permanentes da casa. Na sessão, os vereadores analisaram pareceres sobre projetos de lei relacionados às áreas de atuação de cada comissão. Além da reunião, foram aprovados projetos relativos a homenagens e denominação de logradouros da Capital.

Em plenário, os vereadores aprovaram projetos de concessão de títulos de Cidadão de

Porto Alegre, além de propostas relacionadas a efemérides, homenagens, inclusão de datas no calendário oficial do município e denominação de logradouros. Os textos faziam parte da priorização definida em acordo entre as lideranças das bancadas.

Para a sessão da próxima quarta-feira, está prevista a votação do projeto que atualiza a legislação do Conselho Municipal do Idoso (Comui). Entre as mudanças propostas está a alteração na forma de eleição dos conselheiros, que passaria a ser de responsabilidade do Fórum das Entidades Representativas da Pessoa Idosa de Porto Alegre.